



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

PARECER TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO Nº 76/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 966/2023 1DOC

ASSUNTO: Pregão Eletrônico - SRP.

DEMANDANTE: Setor de Licitações e Contratos.

DO RELATÓRIO

Trata-se da proposta de edital de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando o Registro de preços para aquisição de equipamentos para transmissão ao vivo e gravações, a fim de atender às necessidades da Câmara Municipal de Aracaju.

É o sucinto Relatório.

DO CONTROLE INTERNO

A Lei Complementar nº 169, de 16 de agosto de 2019, que dispõe, entre outros, sobre a Estrutura Organizacional Administrativa do Poder Legislativo Municipal, descreve as competências da Coordenadoria de Controle Interno da Câmara Municipal de Aracaju, entre elas, examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade.

Impede asseverar que não faz parte das atribuições do Controle Interno a análise acerca da conveniência e oportunidade da realização de qualquer ato da gestão, quer no seu aspecto econômico, quer no seu aspecto administrativo, já que são de responsabilidade dos administradores públicos. À Coordenadoria de Controle Interno incumbe a análise dos aspectos técnicos.

Diante do exposto essa Coordenadoria passa a examinar tecnicamente.

E assim, inicialmente, destaca-se a instrução processual com os seguintes documentos:

- 1) Documento de oficialização de demanda;
- 2) Cotação de Preços, Certidão de mercado, mapa comparativo e orçamentos:





ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

- 3) Estudo Técnico Preliminar;
- 4) Termo de Referência;
- 5) Autorização para Abertura da Licitação nº130/2023;
- 6) Portaria de nomeação da comissão de licitação nº 2472/2023;
- 7) Minuta do edital, e seus anexos:

(a) Recomendamos corrigir o número do Processo Administrativo na Minuta da Ata – Anexo I;

(b) Observamos que a Minuta do Edital traz a exigência de Balanço Patrimonial, diferentemente do Termo de referência.

As demais cláusulas do Edital e seus anexos serão analisados e aprovados pela Procuradoria Jurídica conforme Parágrafo Único do Artigo 38, da Lei nº 8666/93.

Com fundamento na Lei nº 10.520/02; Lei nº 8.666/93; Decreto nº 10.024/2019 e Decreto nº 7.892/2013, o procedimento licitatório foi iniciado em razão de solicitação do Setor demandante, que apresentou as suas necessidades e solicitou despesa, contendo a autorização respectiva, as justificativas para os quantitativos dos objetos licitados para atender as necessidades da Câmara Municipal de Aracaju, conforme especificações e quantidades discriminadas no documento de oficialização de demanda.

Após despacho de determinação de pesquisas de preços, foi realizada cotação, as quais instrumentalizaram o mapa de cotação de preços e o termo de referência. A previsão de dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Importante ressaltar os dispositivos constitucionais e legais que tratam do comprometimento do saldo orçamentário da dotação especificada em função do cronograma de execução para o exercício financeiro atual e vindouro.

Desta forma vejamos os seguintes dispositivos legais:

Art. 167, II, da Constituição Federal de 1988:

Art. 167 São vedados: (...)



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

Art. 59, *caput* da Lei Federal nº 4.320/1964:

O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

Art. 16, § 1º, I, da Lei Complementar nº 101/2000:

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I – adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

O Processo está revestido das formalidades necessárias, o que não desobriga atender ao que for apontado pela Procuradoria Jurídica.

É o que entendemos e temos a informar no momento.

Aracaju, 06 de dezembro de 2023.

Juliana Oliveira Nascimento Teles

Coordenadora de Controle Interno

Mat. 84466



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EA54-5765-399E-92F9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JULIANA NASCIMENTO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 07/12/2023 11:09:23 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cmaracaju.1doc.com.br/verificacao/EA54-5765-399E-92F9>